

# ARTIGOS

---

## OS CONCÍLIOS ECUMÊNICOS (V).

---

(Continuação).

### XIV CONCÍLIO ECUMÊNICO — II DE LYON.

Após 29 anos sem Concílios, vamos assistir ao XIV, II realizado em Lyon, o qual foi precedido por longa vacância no Trono de São Pedro, pois, uma vez morto Clemente IV, em 29 de novembro de 1268, o Colégio Cardinalício estava dividido, sem chegar a um acôrdo acêrca do candidato.

Os habitantes de Viterbo, para forçarem uma conclusão, destelharam o Palácio Episcopal, onde se encontravam reunidos os cardiais.

Finalmente, foi escolhido Teodaldo Visconti, de Piacenza, eleito Papa a 1.º de setembro de 1271; encontrava-se em Akkon, consolando os cruzados pela morte de São Luís (morto na cruzada de Tunes), quando recebeu a notícia de sua eleição.

Um dos seus primeiros atos foi convocar o Concílio para 1274, uma vez que a causa dos cruzados estava definitivamente perdida, restando pois, lutar para a união com os gregos, que haviam reconquistado Constantinopla.

Gregório X enviou convites para arcebispos, bispos, capítulos, abades, reis e príncipes de Ocidente; convidou ainda Miguel VIII Paleólogo de Constantinopla, o rei e o **Katolicos**, chefe eclesiástico da Armênia e, num rasgo de coragem e audácia, convidou ainda o grande **Khan**, chefe dos mongóis. Este convite, foi feito em função de notícias pouco verdadeiras, ou pelo menos, um tanto exageradas, chegadas aos seus ouvidos, sôbre a tendência do **Grande-Khan** para a cristianização (o início a lenda do Prestes João).

Fizeram-se representar ao Concílio, a Itália com maior número de bispos, Alemanha com 34 bispos, França 31, Portugal 25, Espanha 25, Inglaterra, etc., totalizando mais de 200, sem incluir abades, outros prelados e procuradores, que atingiram a mil ou mais.

Morreu a caminho de Lyon Tomás de Aquino, o ilustre **Doctor Communis**.

Gregório X instalou o XIV Concílio em 7 de maio de 1274, na Catedral de Lyon, indicando os objetivos da reunião ecumênica:

- auxílio a Jerusalém,
- união com os gregos e
- reforma da Igreja.

A Catedral de Lyon estava repleta: o Papa, cardeais, bispos, abades, patriarcas latinos de Constantinopla e Antioquia, o rei de Aragão, os legados dos reis de França, da Alemanha, da Inglaterra, da Sicília, representantes das ordens equestre-eclesiásticas: era o ecumenismo.

Com a finalidade de angariar meios para uma grande cruzada, o Papa achou que seria necessário maiores sacrifícios que os solicitados por Inocêncio III durante o IV Concílio de Latrão; assim, com muita habilidade, não discutiu a matéria em plenário e sim pessoalmente com cada conciliar.

Na Sessão de 18 de maio, todos já haviam concordado com o **dízimo** por seis anos, prazo esse solicitado pelo Pontífice em favor da cruzada; entretanto Akkon (São João de Acre-Palestina), caiu em 18 de maio de 1291, muito antes da realização da cruzada, que aliás nunca foi realizada, pois a última, data de 1270.

O acaso auxiliou Gregório X, pois só a 24 de junho chegaram os legados gregos, representados pelo **logoteta** (chanceler) Georges Akropolites, Germano, antigo Patriarca de Constantinopla e Teófanos, metropolitano de Nicéia, assim não houve muito tempo para discussão e também não havia interesse por parte de Miguel VIII em contrariar Gregório X.

Na 4a. Sessão, realizada em 6 de julho, os legados gregos aceitaram e juraram em nome de seu Imperador (103), a união com a Igreja Romana, através de confissão de fé que lhes fôra apresentada e que continha as seguintes disposições:

- reconhecimento do primado papal;
- doutrina sobre o purgatório e
- os sete sacramentos.

Na missa foi cantado o Credo (104) em latim e, em grego o **filioque** (105), desta forma o Papa provou, publicamente, que os gregos aceitaram o **filioque**.

(103). — Miguel VIII, Paleólogo reinou de 1259 a 1282.

(104). — Vide II Concílio Ecumênico, I de Constantinopla in "Revista de História" n.º 57. Ano 1964, pág. 54.

(105). — *Ibidem*, pág. 56.

Esta união, foi de duração efêmera, pois fôra construída sobre bases falsas: se de um lado Miguel VIII a aceitou por motivos políticos, sem eco no episcopado grego, do outro o Papa Martinho IV, posteriormente, apoiou a conquista do rei de Nápoles no Oriente.

Pelo menos é o que nos leva a crer Georges Ostrogorsky (106).

Mais depuis d'une dizaine d'années Michel VIII lanternait Rome avec de promesses d'union, et Grégoire X voulait désormais quelque chose de plus. Il mit l'empereur devant l'alternative d'un oui ou d'un non: au cas d'une soumission ecclésiastique, il donnait toutes assurances du côté des puissances catholiques; dans le cas contraire, il déclarait ne plus pouvoir contenir davantage l'élan de Charles d'Anjou.

.....  
Dans ces circonstances, les menaces de Grégoire X prenaient un poids accablant: la seule issue qui restât à l'empereur était la soumission à la volonté du pape. En dépit de la résistance passionnée du clergé byzantin, Michel VIII se mit d'accord avec les légats romains que se trouvaient à Constantinople en 1273 et réussit finalement à déterminer, une partie de son clergé à accepter l'union. L'acte historique eut lieu au concile de Lyon le 6 juillet 1274.

.....  
Les avantages politiques que Michel VIII attendait de la soumission à Rome ne se firent pas attendre. Sous la pression papele, Charles d'Anjou dut renoncer à l'entreprise de conquête qu'il avait projetée contre Byzance et s'engager à une suspension d'armes jusqu'au 1er mai 1276.

A eleição papal **Ubi Periculum**, foi aprovada em 16 de julho, na 5a. sessão, e é válida até nossos dias, com pequenas modificações introduzidas posteriormente por Pio XII (107).

(106). — Op. cit., pág. 483 ss.

(107). — A constituição apostólica do Vaticano, atualizada por Pio XII, prescreve minuciosamente o ritual que deve ser obedecido por ocasião da morte do Papa. Assim, o primeiro movimento simbólico dos altos dignatários da Igreja consiste na atuação do cardeal decano, o qual bate com um martelo de prata três vezes na testa do Papa morto, perguntando de cada vez: "Tu me ouves?" Só depois disso é que o cardeal decano autoriza que seja anunciada oficialmente a morte do Pontífice. O anúncio é feito pela rádio do Vaticano doze horas mais tarde, pois manda a tradição da Igreja que, ao morrer um Papa, seja concedido algum tempo à espera de um possível milagre.

Dezoito dias, no máximo, após a morte do Sumo Pontífice, os cardeais vindos de todas as partes do Mundo se reúnem na Capela Sixtina,

Assim a **Ubi Periculum**, pontifica que os cardeais devem reunir-se, dez dias após a morte do Papa, em conclave, no mais rigoroso isolamento do mundo exterior, para eleger o Papa.

“Se a eleição não se realizar depois de três dias de reunião, receberão um só prato para o almôço e para o jantar, e, depois de cinco dias, só água e pão. Durante

---

no Vaticano, para eleger o novo Papa. Antes de entrar na Capela, eles vão à Catedral de São Pedro, onde o decano reza a missa do Espírito Santo, seguida de sermão. “Celebradas as cerimônias divinas”, determina a constituição de Pio XII, “será iniciada sem demora o conclave, o mais tardar até a noite, conforme decidirem os cardeais”. Tendo à frente o prefeito das cerimônias apostólicas, que conduz a cruz papal, os mais altos dignatários da Igreja penetram na Sixtina em longa procissão, entre duas filas de guardas nobres e de sulços. Seguem-se orações no recinto, enquanto o coral da Capela Sixtina entoia o *Veni Creator*. Cabe, então, ao prefeito das cerimônias fazer minuciosa pesquisa em todos os aposentos e corredores da Capela, para certificar-se de que ninguém se ocultou em algum lugar para participar do conclave clandestinamente. Em seguida se pronuncia o *Extra Omnes* — “todos para fora” — que assinala o início dos trabalhos de eleição propriamente ditos.

Um cardeal fecha todas as portas por dentro e o marechal do conclave as fecha por fora, ficando os cardeais completamente isolados do Mundo. A Capela está totalmente indepassável, com tinta opaca nas galerias envidraçadas e barreiras em todas as portas e janelas do quadrilátero formado pela Sixtina com os apartamentos pontificais que lhe são contíguos. Apenas um tambor giratório faz a eventual comunicação com o mundo exterior, facilitando a entrada de medicamentos e dos alimentos, que são entregues às freiras encarregadas dos serviços de cozinha.

Com os cardeais e seus assistentes, são também murados o secretário do Sacro Colégio, um sacristão, o prefeito das cerimônias, um confessor, um médico, um cirurgião, um farmacêutico e as freiras encarregadas dos serviços domésticos. Todos eles fazem juramento de conservar em perpétuo segredo os trabalhos que se vão desenrolar. Nos dias em que se realizam esses trabalhos, os participantes ocupam células onde o conforto é relativo. Começa, então, a parte mais emocionante. A atenção do mundo inteiro se volta para a pequena chaminé da Capela Sixtina. É que o conclave, de acordo com a tradição, se desenvolve em dois recintos: a sala dos guardas da ala Bórgia, onde os cardeais fazem suas refeições em uma grande mesa em forma de ferradura, e a sala do escrutínio, que é a própria Capela. Nesta última sala, os cardeais deliberam sobre o novo Papa. A Igreja tem que resolver muitos e graves problemas, inclusive aqueles que dizem a respeito à atualidade política internacional, de modo que os eleitores precisam meditar longamente sobre sua decisão. A eleição começa com os chamados escrutínios negativos, inferiores à maioria de dois terços e mais um voto necessário para a eleição do novo Papa. Após cada escrutínio negativo (os votos são inicialmente colocados numa urna e em seguida contados em cálices de ouro), os votos são lançados ao fogo da estufa da Capela. Isto equivale a uma informação para o mundo exterior: os papéis inutilizados são queimados com uma mistura de palha molhada ou pólvora, o que produz novêlos de fumaça negra na chaminé para a qual se voltam os olhares de milhares de fiéis concentrados na Praça de São Pedro. Fumo negro significa que o Papa ainda não foi escolhido. Os rolos de fumaça negra tanto podem erguer-se uma única vez da chaminé, como serem dissolvidos no ar de dezenas de vezes, pois o conclave não tem duração definida.

Enquanto os cardeais estão reunidos, os sapateiros e alfaiates do Vaticano já estão fazendo os sapatos e as vestes que o novo Papa usará

o conclave; cessam os benefícios que recebem da Igreja Universal. Apesar da compreensível resistência dos cardeais, a nova lei eleitoral foi aprovada pelo Concílio" (108).

O Papa, antes do Concílio, solicitou colaboração para os planos da reforma eclesiástica. Dentre seus colaboradores destacamos Umberto de Romans, superior geral dos dominicanos.

O Concílio aprovou 31 capítulos no dia 23, confirmou a atividade pastoral ao clero secular, anteriormente permitido a dominicanos, franciscanos, augustinianos e carmelitas. Entretanto, tal medida não atingiu seu alvo: terminar com a tensão existente entre as ordens mendicantes e o clero secular, os quais lutarão até o Concílio Tridentino que disse a última palavra sobre o assunto.

O Concílio foi sem dúvida um jogo de interesses políticos, que Gregório X dominou com habilidade, acomodando a seu bel prazer tôdas as peças; senão vejamos:

1). — na luta pela corôa real alemã, o Concílio reconheceu formalmente Rodolfo de Habsburgo (109) na sessão de 26 de setembro, em detrimento de Afonso de Castela (110);

2). — Tiago I de Aragão, compareceu ao concílio para se deixar coroar pelo Pontífice, porém retornou ao seu reino insatisfeito, pois o preço da coroação seria a submissão à Roma e o pagamento de grande tributo feudal;

---

imediatamente após sua eleição, quando ainda estiver na Capela Sixtina. São providenciados sapatos e vestes de três tamanhos, capazes de ajustar-se a um homem alto e robusto, a um homem de estatura média e a um homem franzino, prevenindo-se qualquer dificuldade na adaptação da roupa do eleito. Ao mesmo tempo são colocadas em ricos estojos as jóias (cruzes de ouro, pedras preciosas e anéis feitos há centenas de anos) que o Papa e os cardeais usarão nas solenidades que se seguem à eleição.

Fracassados os esforços dos cardeais no sentido de um entendimento mútuo, o Papa pode ser escolhido mediante uma iluminação geral. Seja como for, sua escolha é anunciada pela queima de papéis na estufa. Novelas de fumaça branca esvoaçando sobre a chaminé da Capela Sixtina. Os milhares de fléis, emocionados até às lágrimas, gritam: *Habemus Papam* — Temos Papa! E os sinos de tôdas as catedrais igrejas e capelas, no mundo inteiro, saudam festivamente o advento do novo sucessor de São Pedro.

O novo Papa assoma à janela da Capela Sixtina e concede à multidão a bênção *Urbi et Orbe*, que abrange todos os homens e o universo inteiro.

(108). — Nicolas Böer, op. cit.

(109). — Rodolfo I de Habsburgo nasceu em 1218, imperador da Alemanha de 1273 a 1291; foi o fundador da monarquia austríaca.

(110). — Afonso III o-Bolonhês, nasceu em Coimbra em 1210, reinou de 1248 a 1279.

(111). — Condado de Venaissin, situado entre o Ródano, Durance e o Monte Ventoux, o qual ficou sob a autoridade pontifícia de 1274 a 1791.

3). — o rei de França restituiu o Condado de Venaissin (111), que muito embora tivesse pertencido ao Papado, a muito tempo era administrado por um vassalo seu; e finalmente:

4). — a tendência do Grande **Khan** para a **Cristianização**, não passava de uma tentativa de estabelecimento de aliança de Roma contra o Egito. Tal aliança não se concretizou, porém, um dos membros da Embaixada deixou-se batizar. Assim, as tentativas de levar o **Cristianismo** ao **Extremo-Oriente** foram frustradas, apesar da tolerância dos **khans** mongóis, a não ser em casos isolados, como o do franciscano João de Montecorvino.

Em última análise, o Concílio foi Gregório X. E' digna de admiração a sua fôrça. sua iniciativa, para elevar sempre o Cristianismo e, especialmente, preparou o terreno para com Bonifácio VIII, duas décadas depois, atingir o Papado o máximo do poderio.



## XV CONCÍLIO ECUMÊNICO — I REALIZADO EM VIENNE.

Convocado por Clemente V, suprimiu a Ordem dos Templários e reformou a Igreja.

O XV Concílio Ecumênico, I realizado em Vienne (Isère, França), nos dará idéia de como a Igreja chegou ao auge de seu poder. O Papa Bonifácio VIII, o qual antecedeu Clemente V (112), convocador do Concílio pela bula **Unam Sanctum** amarrou de tal modo os dois poderes — espiritual e temporal, que os historiadores afirmam que o Papado manejava duas espadas: uma pela Igreja e outra para a Igreja.

Filipe-o-Belo, concordou em suprimir a Ordem dos Templários desde que seus bens ficassem na França, a qual atravessava uma grande crise econômica, porém o Papado não pensava da mesma forma...

O conflito entre o rei francês e a Igreja teve início quando êste aprisionou os enviados do Papa em Anagni, em 3 de setembro de 1303, fato êste que resultou no chamado Exílio de Avinhão (113).

---

(112). — Clemente V. Papa de 1305 a 1314, que na vida profana era Beltrão de Goth, transferiu a Santa Sé para Avinhão e aboliu a Ordem dos Templários, para agradar Filipe-o-Belo, seu protetor.

(113). — Avinhão, na margem esquerda do Ródano, foi séde do Papado de 1309 a 1377. Célebre pelo Castelo dos Papas, construído de 1336 a 1370. Em 1348, o Papa Clemente VI comprou-a à Casa de Provença e a cidade per-

Tentando evitar um conflito, Clemente V, a 12 de agosto, avistou-se com Filipe-o-Belo em Poitiers. O resultado dêste encontro não foi satisfatório para nenhum dos lados; o Papa convocou para Vienne um Concílio, porém os nomes dos conciliares deveriam passar pela censura do rei de França.

Nos convites de convocação, foram indicados os seguintes assuntos:

1. — problema da Ordem dos Templários;
2. — reforma da Igreja e
3. — reconquista da Terra Santa.

Foram êles enviados aos convocados, por uma relação que se chamou de **Lista de Paris** e que continha 165 nomes, porém o comparecimento dos conciliares atingiu a 231.

O comparecimento foi assim distribuído: 20 cardeais, 4 patriarcas, 29 arcebispos, 79 bispos e 38 abades, na sua maioria franceses, porém estiveram presentes os arcebispos de Tarraçona, Braga, Compostela, York, Armagh, Dublin, Colônia, Magdeburgo e Bremen.

Clemente V abriu o Concílio a 16 de outubro de 1311, entrando na Catedral acompanhado de pequeno cortejo, tomando assento no Presbitério.

“Após a bênção papal, o côro entoou uma antifona, depois todos exortados por um diácono (**Flectamus Genua**) prostraram-se, levantaram-se e o Papa, voltando-se para o Concílio, rezou a oração prescrita no **Ordinarium** dirigida ao Espírito Santo: “Aqui nos encontramos, Senhor reunidos em teu nome. Desce sobre nós e sê conosco...” Depois da oração, todos se ajoelharam novamente e rezaram a **Ladainha de Todos os Santos**, à qual se seguiu uma outra oração do Papa. O Cardeal-diácono, Napoleão Orsini, cantou o Evangelho sobre a missão dos 70 discípulos (Lucas 10, 1-16) que tinha sido cantada no II Concílio de Lyon e que, 200 anos depois, na abertura do Concílio de Trento, de novo deveria ser cantado.

Em seguida o Papa entoou o hino: **Veni, Creator Spi-**

---

tenceu à Igreja romana até 1791, época em que foi reunida à França. Tudo nos leva a crer que o Papado pretendia fixar-se na França, pois até moeda **Romanim**, se cunhou em Avinhão, quando esta Cidade se converteu em residência dos Papas. O primeiro Papa residente em Avinhão foi Clemente V e o último Gregório XI, que em 1377, cedendo a razões de Santa Catarina de Siena, voltou a estabelecer a Santa Séde em Roma. Posteriormente, Clemente VII (1378-1594) e Benedito XII (1394-1415), foram Papas em Avinhão, quando Roma tinha na Cadeira de São Pedro anti-Papas.

ritus, e tôda a assembléia acompanhou o canto, completando as estrofes” (114).

O Papa fêz o discurso de abertura e apresentou a razão do Concílio, já descrita na Convocação:

1. — a Questão da Ordem dos Templários;
2. — a reconquista da Terra Santa;
3. — a reforma dos costumes e as liberdades da Igreja.

Finalizou o discurso criando uma comissão para examinar o processo dos Templários e dando uma bênção encerrou a cerimônia.

A instalação do Concílio dera-se com atraso, pois estava condicionada pelo processo contra a Ordem de Cavalaria dos Templários. A Ordem tinha como missão específica proteger os peregrinos que se dirigiam à Palestina e aos Lugares Santos, depois da queda de Jerusalém. Sua tarefa não tinha mais razão de ser.

O grande tesouro dos Templários foi a causa, e os abusos morais o pretexto suficiente, para que Filipe-o-Belo mandasse na noite de 13 de outubro de 1307 prender na França todos os membros da Ordem, confiscando-lhes seus bens. A Ordem estava subordinada à Igreja, logo, o rei francês estava infligindo, violando mesmo o Direito Canônico.

Uma vez formado o processo, Clemente V nomeou uma comissão para investigar, a qual sentiu a cada passo a forte pressão do rei, que exigia antes de mais nada a condenação de Bonifácio VIII, de quem fôra inimigo fidalgo.

Os representantes do Papa eram de parecer que fôsse dado à Ordem dos Templários a oportunidade de defender-se em plenário, porém Filipe era de parecer contrário, pois receava que surgissem maiores contratempos.

Após longo período de polêmica, que durou até 20 de março de 1312, hábilmente o Papa — por um ato administrativo — suprimiu a Ordem, sem que disto houvesse resolução conciliar.

Assim, estavam salvaguardados os bens da Ordem e o processo contra Bonifácio VIII não foi realizado. O rei não teve outra alternativa após as duas derrotas, senão conformar-se com a resolução papal.

Na 3a. Sessão, a do encerramento, foi tratada a observância da pobreza na Ordem de São Francisco, a qual era acusada

---

(114). — Nicolas Böer, *op. cit.*, pág. 74.



de gozar privilégios do Papado e de desvio da idéia inicial de voto de pobreza.

A Ordem, em contra-partida, levantou-se para se defender pondo a público seu pensamento: até onde iria a boa fé dos líderes espirituais, capitaneados por **Olieu** (115).

O Concílio designou alguns cardeais e bispos reunidos numa comissão para investigar tais abusos, a qual absolveu das acusações a maioria da Ordem, porém foi impôsto aos franciscanos o **Usus Pauper**.

O Concílio condenou as três teses formuladas por **Olieu**, sem entretanto citar seu nome, especialmente a tese que a “alma humana não é a forma do corpo”.

No tocante à “reforma”, **Clemente V** convidou os bispos a historiar os problemas abusivos de suas dioceses. Assim, de posse dêsse material, que era um depoimento sincero, chegou à seguinte conclusão:

1. — O poder laico usurpava direitos do poder espiritual, fruto do resultado do poder estatal em ascensão;

2. — O Papado havia liberado da Jurisdição dos bispos capítulos catedrais e colegiais, mosteiros particulares e ordens inteiras, em virtude da centralização da **Cúria Romana**.

Assim, os decretos de reforma, aprovados na 3a. Sessão, não foram, como se esperava, a derradeira palavra. Houve uma necessária revisão por **João XXII**, sucessor de **Clemente V**, que com o nome de **Clementinos**, foram enviados às Universidades e postos em vigor e ficaram fazendo parte integrantes do **C I C** (**Corpus Juris Canonici**).

Finalmente foi tratada a última parte do convite: — a Cruzada. Após muito debate, o Concílio chegou à conclusão que não era mais oportuno êste tipo de luta e que seria melhor substituí-la pela idéia missionária que, embora a longo prazo, surtiria melhor efeito, mesmo porque seria mais barato e econômico para a Igreja.

Para que o missionarismo pudesse substituir com vantagens a cruzada, impunha-se a formação de uma equipe, a qual ti-

(115). — **Olieu** ou **Olivi** (**Pierre-Jean**), franciscano e teólogo francês, nascido em **Sérignan** e morto em **Narbona** (1247-1298), célebre por suas ligações com os Espirituais, que o veneravam com Santo. Ensinou em **Florença** e **Montpellier**. Seus inimigos o excomungaram e queimaram seus restos mortais; foi acusado de heterodoxo, porém **Santo Antônio** elogiou suas obras e o **Papa Sixto IV** reabilitou sua memória. Entre a sua produção destaca-se, por sua crítica à Igreja e da qual reclamava uma reforma, **Postilla Super Apocalypsi**.

nha necessidade antes de mais nada, do estudo de línguas, idéia e iniciativa de Raimundo Lullo (116).

Assim, o Concílio criou nas Universidades as cadeiras de grego, hebraico e árabe, porque o domínio de tais línguas facilitaria a execução do missionarismo. Entretanto, êste cânon não foi executado em tôdas as Universidades.

De certa forma Clemente V percebeu que a reforma iria fortalecer o poder do episcopado e logicamente cercear o poder papal, reavivando a idéia sinodal em voga na Igreja antiga. Assim, evitou discutir no plenário as idéias reformistas em profundidade, o que provocou a elevação intelectual, no futuro, na formação do clero.

“Assim, foi encerrado o Concílio de Vienne, o qual foi o último dos **Concílios Gerais Papais** da Alta Idade Média. Quando estava êle reunido, pairavam no ar idéias que atribuíram aos Concílios Gerais uma função muito mais ampla do que aquela que até então êles cumpriram. Estas os conceberam como a última e suprema instância para restaurar a unidade da Igreja, apesar do Papado dividido, e para realizar a urgente e necessária reforma da Igreja “na cabeça e nos membros” (*reformatio in capite et in membris*)” (117).

Êste conjunto de idéias, a centralização do poder real, a laicização do pensamento filosófico, os prenúncios dos tempos modernos e a volta ao sistema sinodal, vão dar oportunidade à origem da Teoria Conciliar, porém foge ao trabalho que nos propusemos a fazer e não sair, tanto quanto possível, dos concílios reconhecidos pela Igreja como ecumênicos (118).

\*

## XVI — CONCÍLIO ECUMÊNICO — I REALIZADO EM CONSTANÇA.

Foi convocado pelo pseudo-Papa João XXIII. Neste concílio foram depostos João XXIII e Bento XIII e eleito, por unanimidade, o cardeal Otão Colona com o nome de Papa Martinho V, acabando dêste modo o Cisma do Ocidente.

(116). — Raimundo Lullo, teólogo místico e alquimista espanhol (1235-1315), apelidado Dr. Iluminado ou Canon Lingue. A sua *Ars Magna*, ou Grande Arte, é um dos mais curiosos livros da escolástica. A idéia principal é a de um mecanismo lógico, fazendo às vêzes de juízo e raciocínio efetivo.

(117). — Nicolas Böer, op. cit., pág. 79.

(118). — Vide Introdução, in *Revista de História*, n.º 57, volume XXVIII, janeiro-março de 1964, págs. 29-49.

Após um século sem Concílios, o mundo ocidental passara por uma série de fatos históricos importantes, modificando o curso da vida medieval, notando-se o esboço do mundo moderno, tais como as batalhas de Crecy, Poitiers, a volta dos Papas para Roma, talvez a mola do Cisma do Ocidente. Duguesclin reconquista quase toda a França. No Oriente também não há paz. O grande chefe mongol Tamerlão vence o sultão Bajazeto, chefe dos turcos otomanos, em Ancira, e um ano depois de iniciado o Concílio de Constança, os franceses são esmagados pelos ingleses em Azincourt. Há desassociação por toda a parte.

Neste clima o rei alemão Sigismundo e João XXIII convocaram o Concílio de Constança.

O primeiro, por questões de política interna do Sacro Império Romano Germânico, convocou o Concílio a 30 de outubro de 1413, endereçando convites a toda Cristandade e o segundo, aderiu ao rei germânico com a finalidade de garantir aprovação de seu nome pelo Concílio, para o trono de São Pedro. Assim, em 9 de dezembro do mesmo ano, João XXIII, convocou também todo o mundo cristão.

Foram convidados para o Concílio os dois outros anti-Papas — Benedito XIII e Gregório XII — por Sigismundo, rei da Alemanha, bem como alguns Estados da Europa e o imperador Manuel de Constantinopla.

João XXIII arquitetou seus planos para que o Concílio de Constança fôsse considerado como a continuação do de Pisa.

Tinha êle quase certeza da confirmação de seu nome para o cargo, especialmente quando notou que os católicos deixaram Gregório XII e ficaram do seu lado, mesmo dentro do território alemão. Os italianos constituíam maioria no conclave. Tudo indicava sua vitória. Porém, na sessão de 5 de novembro do ano seguinte, os ingleses, franceses e alemães conseguiram que o voto fôsse feito por nação conciliar, para evitar que se formasse uma maioria italiana.

Seriam votantes as quatro nações representadas no Concílio, com direito de um voto apenas, fôsse qual fôsse o número de representantes. Haveria um quinto voto, correspondente ao Colégio Cardinalício.

Este tipo de votação somente foi usado em Constança, por pressão de Sigismundo.

Passado o Natal de 1414, foram apresentadas queixas contra João XXIII que, sem defender-se, demonstrou estar resignado. Porém, secretamente já concluíra um Tratado de Defe-

sa com o Príncipe Frederico do Tirol, em quem confiava cegamente. Em 20 de março de 1415 fugiu para Schaffhusen, seguido de oito ou dez dos cardeais.

Os comerciantes locais e estrangeiros aprontaram suas bagagens com medo do saque; o burgomestre convocou às armas os cidadãos. Sigismundo sozinho salvou a situação: com o Conde Palatino Luís atravessou êle a cidade a cavalo e

“mandou publicar com trombetas, insistentemente, bradando êle próprio de viva voz a todos os cambistas, italianos ou de outra nacionalidade, a todos os merceeiros e comerciantes, a todos os cardeais e senhores, que ninguém se fôsse embora” (120).

Sigismundo agiu de fato e Gerson, da Universidade de Paris, presente ao Concílio, fortaleceu a atitude do rei alemão, com um vigoroso discurso no qual demonstrou que:

“Todo membro da Igreja, inclusive o Papa, deve obediência ao Concílio Geral. O concílio embora não possa revogar a plenitude do poder papal, pode limitá-la quando o bem da Igreja o exigir. A ligação de Cristo com sua Igreja é inseparável, mas não a do Papa com ela” (121).

A 6 de abril, o conclave aprovou o decreto **Sacrosancta**: o Concílio Ecumênico reunido em Constança é a representação da Igreja Universal; tem seu poder diretamente de Cristo; todos, inclusive o Papa, devem-lhe obediência em assuntos de fé, da unidade da Igreja e da reforma na cabeça e nos membros.

Assim, de posse dêste decreto, o Concílio prendeu a 17 de maio João XXIII, levando-o para Radolfzell, sendo deposto a 29 do mesmo mês.

Restava agora resolver a situação dos outros dois anti-Papas que ainda estavam em função.

Gregório XII, protegido por Malatesta de Rimini, quando se viu abandonado, enviou ao Concílio, na sessão de 14 de julho de 1415, sua demissão, pela qual reconhecia a legitimidade do Concílio. Após ter resignado, dirigiu-se para o Colégio Cardinalício, de quem aceitou o cargo de Cardeal-Bispo da cidade do Porto, aí falecendo em 1417.

Benedito XIII, anti-Papa de Avinhão, quando percebeu que a França não mais o apoiava, apadrinhou-se com Afonso V de

(119). — Nicolas Böer, *op. cit.*

(120). — Ulrich de Richental in Jedin, *op. cit.*, pág. 87.

(121). — Jedin, *op. cit.*

Aragão. O rei germânico, não se intimidou; à frente de uma embaixada de conciliares, avistou-se com êle em Narbona em agôsto de 1415.

O anti-Papa avinhoense, acreditou ainda estar suficientemente forte para ditar condições para um acôrdo:

1. — anulação do Concílio de Pisa;
2. — tranferência do Concílio de Constança para um lugar mais conveniente para êle.

O conclave prometeu atendê-lo na primeira exigência, mas recusou a segunda.

Interpelado por Sigismundo, que o exortara a renúncia, respondeu êle:

— “Vois dizeis que nem eu nem meu adversário (Gregório XI) somos Papas. Então não existe nenhum cardeal senão eu (que sou o único cardeal vivo criado pelo último Papa antes do Cisma) e sou o único a ter direito de eleger o Papa. Dentro de um dia se o quizerdes, elegê-lo-ei, e, vos prometo que eu não vou eleger-me a mim mesmo” (122).

Foi negado ainda esta prerrogativa; finalmente Benedito chegou à conclusão que só lhe restava a renúncia. Reuniu seus poucos partidários de Perpignan e refugiou-se na fortaleza de montanha de Peñíscola na Espanha, onde declarou:

“Aqui é arca de Noé, a verdadeira Igreja”.

Foi êle abandonado finalmente pelos seus partidários, dentre êles os reis de Aragão, Castela, Navarra e Portugal, quando realizou-se o Tratado de Narbona em 13 de dezembro de 1415.

Nesta ocasião a Espanha enviou ao Concílio sua delegação, formando assim a quinta nação conciliar.

Foi instaurado contra Benedito um processo no Concílio, a 26 de julho de 1417, que o depôs formalmente.

Estava a Igreja em condições de eleger legalmente um Papa. O Colégio Cardinalício declarou-se disposto a permitir que as nações conciliares participassem da eleição.

Surgiu, entretanto, um sério problema; qual dos assuntos deveria ser tratado primeiro? A eleição papal ou a reforma eclesiástica?

Formaram-se imediatamente duas facções, as quais quase chegaram a violência. Depois de muito discutir, o bispo de

---

(122). — Ostrogorski, *op. cit.*

Winchester, com muita diplomacia conseguiu ser ouvido. Resolveu-se promulgar os decretos da reforma seguidos da eleição.

Ficou estabelecido na 39a. sessão, realizada em 9 de outubro de 1417 que os Concílios Gerais, transformar-se-iam em em instituição de caráter permanente da Igreja e, de certa forma, atuaria controlando o Papado. Assim foi marcado para daí a 5 anos um outro Concílio. Depois o prazo seria de 7 anos e, posteriormente, de 10 em 10 anos, porém este decreto nunca chegou a ser obedecido.

O Colégio Cardinalício e os delegados das nações conciliares reuniram-se na Casa do Comércio de Constança a 8 de novembro de 1417 e a 11 do mesmo mês elegeram o cardeal Oto de Colonna, por dois terços, o qual tomou o nome do santo do dia, chamando-se pois Martinho V.

O Papa eleito foi sem dúvida a cabeça do Concílio. Porém a falta de união dos reformadores obstruiu os trabalhos, a tal ponto que Pedro de Pulka observou:

— “No momento, tenho medo de que não se dará nenhuma reforma séria”.

Poderíamos resumir assim as aprovações votadas na 43a. sessão de 21 de março de 1418:

1. — reconhecimento das eleições de bispos e de abades pela Papa;
2. — limitação dos benefícios e indulgências;
3. — pagamento das anuidades à Cúria por ocasião de concessão de cargos.

A condenação de João Huss constituiu um capítulo a parte no Concílio, o qual já havia sido excomungado por Alexandre V. O Concílio deveria dizer a pultima palavra sobre êle.

Para chegar a Constança, João Huss obteve do rei Sigismundo, um salvo-conduto e foi-lhe até levantada a excomunhão, a qual não tinha efeito suspensivo, ou melhor, não podia celebrar missa e pregar. Chegando à Constança, violou esta interdição e por isso foi feito prisioneiro.

Diante do Concílio negou-se a se retratar de sua doutrina:

“Eu não ensino êrro, nenhum checo é hereje”.

Foi condenado a 6 de julho de 1416, como **hereje obstinado** e, conforme o direito em vigor, entregue ao **braccio seculari** para a execução, bem como Jerônimo de Praga. Esta sentença

brutal provocou a revolta hussita, onde se mesclaram a tal ponto os motivos sociais, econômicos e políticos que é difícil delimitar os seus contornos propriamente religiosos.

O Concílio de Constança deu início à restauração da unidade eclesiástica e uma oportunidade ao humanismo italiano, a tal ponto que Plauto foi lido até nos conventos de freiras.

Martinho V aprovou na 45a. sessão tôdas as resoluções conciliares, embora indiretamente condenasse a teoria conciliar.

Após cinco anos, instalou-se o Concílio de Pádua, lugar já previamente combinado em Constança; transferiu-se para Siena e finalmente foi dissolvido, em virtude da fraca representação.

\*

## XVII CONCÍLIO ECUMÊNICO.

**Basiléia-Ferrara-Florença (1431-1439), reunido por Eugênio IV, tratou da união da Igreja grega com a Igreja latina.**

Este Concílio retrata o desentendimento entre o poder papal e o Concílio. Os cronistas contemporâneos não imaginavam a profundidade que teria tomado um curso tão dramático e tão perigoso para o Papado, se o sucessor de Martinho, Eugênio IV (Papa de 1431 a 1447), sobrinho do iluminado e enérgico Gregório XII, a despeito de toda sua piedade e beneficência, não tivesse sido tão indeciso e dependente do seu ambiente.

O episcopado estava cansado dos Concílios e não havia razão de se ter mais um. Neste ambiente, nasceu o Concílio de Basiléia, o XVII Concílio Geral, instalado a 23 de julho de 1431, sendo aberto pelo legado papal Giuliano Cesarini, por incrível que pareça, sem a presença de um só bispo. Até o outono o comparecimento foi tão diminuto, que o Papa se sentiu autorizado a dissolvê-lo, a 18 de dezembro.

Houve a repetição do acontecido em Vienne: o Concílio recusou-se a obedecer.

Na ocasião em que a Bula da Dissolução deveria ser promulgada pelo Concílio, seus participantes, precipitadamente, abandonaram o recinto e o presidente demitiu-se.

A Assembléia vitoriosa exigiu o seguinte:

1. Renovação do decreto **sacrossancta** de Constança (vide Concílio dêsse nome);
2. Anulação da **bula de dissolução** pelo Papa;
3. Prestação de contas do Papa ante o Concílio.

Este desentendimento na cúpula da Igreja durou dois anos. Finalmente, Eugênio resolveu ceder, depois de uma vitória sobre os **hussitas**, que concordaram com a **Compactata de Praga** em 30 de novembro de 1433.

Em dezembro do mesmo ano Eugênio IV. voltou atrás, legitimando o Concílio.

Durante a luta no seio da Igreja, o Concílio tentou transformar em praxe a teoria conciliar e a estabelecer-se como a instância suprema jurídica e administrativa da Igreja. Instalou junto a si ofícios e um grande número de funcionários, decidiu processos, distribuiu benefícios e indulgências. O Concílio de Basiléia, em grau ainda maior do que o de Constança, foi uma assembléia de procuradores e de doutores. Por ocasião de uma votação, a 5 de dezembro de 1436, estavam presentes 3 cardeais, 19 bispos e 29 abades diante de 303 participantes; portanto, os bispos constituíam menos de uma décima parte dos que compareceram. Quem estivesse incorporado ao Concílio tinha direito de voto e podia ser eleito para uma das quatro comissões, a saber: — de questões gerais, fé, reforma e paz. Uma comissão principal dirigiu o plenário. Não só em seu regulamento o Concílio parecia um parlamento moderno, mas também na tendência em atrair para sua jurisdição cada vez mais assuntos e, com isso, a direção real da Igreja (123).

Estimulado por numerosos pareceres de **reforma**, entre os quais o do bispo de Lübeck, João Schele, O Concílio promulgou, nos anos de 1433 e 1436, decretos para a renovação da Igreja, a saber:

1. Organização regular de sínodos provinciais e diocesanos;
2. Liturgia eclesiástica;
3. Concubinato dos clérigos e
4. Contra as apelações não fundadas dirigidas a Roma.

Observa-mos, também, outros decretos com a tendência de reduzir o poder papal e de se apoderar do Executivo, como por exemplo, a supressão completa do pagamento de anuidades e de taxas à Cúria Romana, à qual, dessa maneira, perdia sem compensação, grande parte dos seus rendimentos. O Concílio deu ordens aos coletores papais para que prestassem contas em Basiléia. Nesta ocasião foi promulgada também uma nova

---

(123). — Jedln, op. cit.



ordem de eleição papal. Assim o Papa estaria completamente sem ação.

Nesta época, Eugênio IV, que residia em Florença e que por muito pouco escapou de uma revolução eclodida em Roma, protestou em agosto de 1435, por intermédio de Traversari, superior geral dos camaldulenses, e, na primavera de 1436, por intermédio dos Cardeais Albergati e Cervantes, porém, sem êxito algum. Chegou-se, finalmente, à ruptura entre o Papa e o Concílio no verão de 1437, ao se tratar da questão sobre o lugar onde deveria reunir-se o Concílio de união com os gregos.

Mais uma vez um fato laico repercute no seio da Igreja: o Imperador João VIII Paleólogo, premido pelos otomanos de Leste e de Oeste, procurou adesão e ajuda do Ocidente, reconhecendo com razão que a condição disso seria o restabelecimento da união eclesiástica com Roma.

Sobre o assunto o Imperador parlamentou com ambas as facções: os conciliares propuseram encontrar-se em Basiléia ou Avinhão e os partidários papais preferiram Udine ou Florença.

Apresentaram-se em Constantinopla as duas legações anagônicas do Ocidente; João VIII a ambas recebeu oficialmente.

Tal situação não tinha sentido, porém o Imperador de Constantinopla não estava em condições de julgar o fato.

Ostrogorsky comenta:

“Sous la pression extrême des Turcs, l'empereur Jean VIII résolut, en désespoir de cause, de s'engager une fois de plus dans la voie des négociations d'union et de se procurer l'aide occidentale contre les Turcs, si souvent promise en échange de la soumission ecclésiastique à Rome. Sans doute, les expériences précédentes étaient peu encourageantes. Chaque fois que des négociations avaient été menées entre Byzance et Rome, on avait tourné en rond, on s'était abusé mutuellement et l'on s'était trompé soi-même: l'empire byzantin attendait de Rome qu'elle le sauvât du péril turc et lui promettait en retour l'union des Églises, que l'opinion populaire byzantine lui interdisait de réaliser; Rome exigeait comme condition préalable la reconnaissance de sa suprématie et promettait, en retour, une aide contre les Turcs qu'elle avait déjà tant de peine à fournir dans une mesure très réduite aux puissances catholiques d'Orient” (124).

Teria realmente o Papado fôças e dinheiro suficientes para tais compromissos?

Par suite du conflit entre Eugène IV et le concile de Bâle les entretiens en longueur, mais on s'entendit finalement avec le pape pour convoquer en Italie un concile auquel l'empereur assisterait en personne.

.....  
Les deux Églises, catholique romaine et grecque orthodoxe, continuèrent de s'affronter comme par le passé. Et, tandis que le peuple byzantin demeurerait inébranlable dans sa foi, les champions les plus importants de l'Union, conséquents avec eux-mêmes, passaient entièrement à Rome: le chef du parti unioniste grec, le docte Bessarion et Isidore, qui s'était enfui des geôles russes, furent faits cardinaux de l'Église romaine. Les négociations de Ferrare et Florence, malgré leur absence de résultats positifs, provoquèrent la méfiance de Mourad II, et Jean VIII dut lui donner des apaisements en lui faisant croire que ces tractations ne concernaient que des questions purement religieuses (125).

Após uma enorme série de confabulações, o Concílio, em sua maioria, em 7 de maio de 1437 optou pelas cidades de Basileia ou Avinhão e uma minoria, capitaneada pelo Papa preferiu Udine ou Florença.

Os gregos indicaram Ferrara e o Papa concordou, transferindo o Concílio em 18 de setembro do mesmo ano, entretanto, somente o acompanhou uma minoria, da qual constava o Cardeal Giuliano Cesarini e Nicolau de Cusa.

A maioria dos conciliares que continuava em Basileia, declarou a supremacia do Concílio sobre o Papa e, a 25 de junho de 1439, depôs Eugênio IV como herético.

Um novo Papa foi eleito: Felix V, que na vida profana chamou-se Amadeu de Savóia, príncipe da Casa Real e notável pela sua fortuna, o que interessou sobremaneira ao Concílio que se encontrava economicamente necessitado. Isso foi o suficiente para a criação de um novo cisma.

Qual dos Papas e a qual Concílio obedecer? Com quem os gregos deveriam tratar?

Eugênio IV abriu o **Concílio da União** a 9 de abril de 1438, solenemente, na Catedral de Ferrara, contando com a presença de 72 bispos ocidentais, João VIII, imperador bizantino, do patriarca José de Constantinopla, dos arcebispos de Éfeso, Nicéia e Kiev, e representações dos patriarcas de Alexandria, Antioquia e Jerusalém.

Gregos e latinos discutiam em comissões seus pontos de vista sobre fé e outros assuntos.

Um grande problema tomou conta do Concílio, a falta de dinheiro, a tal ponto que Eugênio IV se viu forçado a aceitar o auxílio financeiro de Florença, sob a condição de transferir para lá o Concílio, cuja instalação deu-se a 16 de janeiro de 1439.

Gregos e latinos entraram em acôrdo nos seguintes pontos:

1. **Filioque** — ponto controvertido desde os remotos tempos de Carlos Magno, o aditamento do símbolo de fé, ou seja o Espírito Santo procede do Pai e do Filho;
2. A Sede Apostólica e o Papa possuem o primado sôbre todo o orbe terrestre;
3. O Papa, como sucessor de Pedro e vigário de Cristo, é a cabeça de tôda Igreja, Pai e Mestre de todos os cristãos, com o poder de dirigir tôda a Igreja segundo os atos e os cânones dos antigos Concílios (Vide Concílio de Nicéia).

A **Bula da União — Laetentur Caeli** — foi lida na sessão de 6 de julho de 1439, pelo Cardeal Giuliano Cesarini, em redação latina, e por Bessarion, em redação grega. O documento foi assinado por 33 gregos, sendo a primeira assinatura a do Imperador.

O júbilo dos latinos foi interpretado como submissão dos gregos, que por sua feita, se jubilaram por terem perdoado de modo altivo os latinos.

A união greco-latina não podia ter duração, em virtude da notada aversão do clero grego contra os latinos, muito mais forte que o mêdo dos turcos otomanos.

A Igreja após concluir a união com os gregos, fêz acordos com outros grupos, a saber:

1. Armênios, em 22 de novembro de 1439;
2. Jacobitas monofisitas, em 1442;

com o fito de abranger a totalidade dessas igrejas. Entretanto êsses acordos não tiveram bom êxito.

Mais uma vez, êste Concílio peripatético muda de lugar, transferindo-se, desta feita, para Roma em 25 de abril de 1442.

A vitória alcançada por Eugênio IV com a União dos gregos aos latinos, fêz o mundo ecumênico esquecer do anti-Papa Felix V, que aliás tinha apôio sòmente de um número reduzido de nações, a saber:

1. Suíça,
2. Áustria,

3. Baviera (parte meridional)
4. Universidade de Paris.

Uma terceira força começa aflorar na Europa — a **neutralidade**, aliás muito perigosa, capitaneada pela França e Alemanha. Na França houve até em junho de 1438 uma assembléia nacional, para estudar a questão e adotar a neutralidade, que passou para a história com o nome de **Pragmática Sanção de Bourges**, a qual pôs em vigor uma parte dos decretos de reforma de Basiléia. Com a mesma estava tácitamente reconhecida a supremacia do Concílio sobre o Papa.

Através do **Instrumento de aceitação de Mogúncia**, de 1439, o episcopado germânico seguiu a França, aceitando também uma parte dos decretos de Basiléia, adotando-os obrigatoriamente. Anteriormente, reunidos em Franckfurt, os príncipes eleitores da Alemanha, declararam sua neutralidade. O Papa Eugênio IV, era apoiado somente pela Borgúndia, Inglaterra e Veneza.

A base do **neutralismo** foi a **teoria conciliar**, entretanto, este perigo se foi afastando progressivamente. Assim, premido por dificuldades financeiras, o anti-Papa Felix V, foi obrigado a transferir-se para Losana, cada vez mais abandonado pelos seus seguidores.

A medida que abandonavam Felix, voltavam-se para Eugênio, que fortalecia sua posição. Assim sucedeu com a Hungria, Aragão, Castela, Escócia, Polônia, a própria Alemanha e finalmente a França. Felix V, percebendo que não tinha mais sentido sua posição, resignou a 7 de abril de 1449.

As novas condições políticas e econômicas do Velho Mundo, as conquistas marítimas da Península Ibérica, vão dar um equilíbrio ao mundo cristão. Assim, temos a queda do último reduto mouro — Granada na Espanha, no mesmo ano em que se inicia o Ciclo espanhol de navegação, 1492, para contrabalançar o acontecido em 29 de maio de 1453, quando Maomé II, toma do Cristianismo Constantinopla, no **Corno de Ouro**.

Vamos chegar ao último quartel do século XV, sem que a **teoria conciliar** estivesse definitivamente vencida, pois na **Summa sobre a Igreja** do Cardeal Torquemada, proclama-se ainda a restauração da idéia primacial, mesmo porque no pensamento da época o Concílio e a Reforma estavam estreitamente ligados por laços muito fortes.

(Continuá).

**JOSUÉ CALLANDER DOS REIS**

Da Sociedade de Estudos Históricos.